



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE POJUCA

CONTRATO Nº 018/2024

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE POJUCA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.341.573/0001-20, com sede na Praça ACM, Ed. Edvaldo Siqueira Guimarães, S/N, Centro, Pojuca - BA, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **REGINALDO DOS SANTOS CARDOSO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a **JURISCONTÁBIL ASSESSORIA CONTÁBIL S/S**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.555.438/0001-90, estabelecida à Avenida Tancredo Neves, nº 1283, Caminho das Árvores, no Município de Salvador, através de seu Representante, Cristiano da Silva Almeida, portador de cédula de identidade nº 04.851.920-04 SSP/BA e CPF nº 887.496.815-91, denominando-se a partir de agora, simplesmente, **CONTRATADA**;

Os contratantes, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor celebram o presente contrato, decorrente do processo de contratação direta nº 013/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa na prestação de serviços especializados na orientação dos atos de encerramento de mandato, os quais digam respeito a assuntos financeiros/orçamentários, patrimônio e servidores públicos, com exceção de licitações e contrato, bem ainda assessoria à Comissão de Transição de governo, para atender a demanda desta Casa Legislativa.

O contrato vincula-se ao ato que tiver autorizado à contratação direta e à respectiva proposta, independentemente de transcrição.

A descrição da solução como um todo é a estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o seu prazo de vigência de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de assinatura.

O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para o **CONTRATANTE**, permitidos a negociação com o **CONTRATADO** ou a extinção contratual sem ônus

Assinado de forma digital por
REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO68 18340234
DN: c=BR, ou=CP BR886, ou=AC
SOLLITI Multi-SP-95,
ou=38028002-000120,
ou=Presença, | ou=Certificado
PP A3, c=BR, o=ALACDIXIS
SANTOS
CARDOSO68 18340234

Praça ACM, Ed. Edvaldo Siqueira Guimarães, s/nº, Centro, Pojuca – Bahia
CNPJ/MF: 13.341.573/0001-20

CRISTIANO DA
SILVA
ALMEIDA:88749681
591

Assinado de forma
digital por CRISTIANO
DA SILVA
ALMEIDA:88749681:591



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE POJUCA

para qualquer dos contratantes, e desde que o valor das sucessivas renovações não ultrapasse o valor de alçada para a dispensa.

A extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela aquisição do objeto do presente contrato, a importância estimada de R\$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da Programação Financeira da Câmara Municipal de Pojuca, para o exercício de 2024, nas seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária: 01.01.01 – Câmara Municipal.

Atividade: 4.001 – Gestão das Ações, Atividades e Serviços Administrativos.

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

As regras acerca das condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, independente de transcrição.

O pagamento será efetuado mediante apresentação da Fatura / Nota Fiscal.

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo **CONTRATADO**, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 142 e seus incisos da Lei Federal 14.133/2021.

A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Ente **CONTRATANTE**, com a inserção das informações e dados contidos no preâmbulo deste instrumento.

A Fatura / Nota Fiscal deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.

Os pagamentos a serem efetuados, em favor da **CONTRATADA**, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), na

Assinado de forma digital por
REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSSO:88749681591
DN: cn=REG, ou=CM, serial=AC, scl=UJ
Multiple v.5, ou=1603000000120,
ou=Presencial, ou=Centro PT AS,
cn=REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSSO:88749681591

2

Praça ACM, Ed. Edvaldo Siqueira Guimarães, s/nº, Centro, Pojuca – Bahia
CNPJ/MF: 13.341.573/0001-20

CRISTIANO DA
SILVA
ALMEIDA:88749681
591

Assinado de forma
digital por CRISTIANO
DA SILVA
ALMEIDA:88749681591



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE POJUCA

forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

Contribuições Previdenciárias, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela **CONTRATADA**, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **CONTRATADA**, que, porventura, não tenha sido acordada no contrato.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438 \times 365 \times TX =$ Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Prazo para o início da prestação dos serviços é imediato, após a assinatura do Contrato.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Os serviços deverão ser executados na sede da Câmara Municipal de Pojuca ou no escritório da Contratada, de acordo com o cronograma de execução;
- Os serviços serão prestados durante o expediente da Câmara Municipal;

A **CONTRATADA** deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados.

Todas as despesas com transporte, remessa e entrega serão de inteira responsabilidade da Contratada.

Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021.

Assinado de forma digital por
REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO68183402534
DN: cn=REGINALDO DOS SANTOS, ou=AC
SOLUTI MULTIS v5,
ou=38035006000120,
ou=Presencial, ou=Certificado
PF_A3, cn=REGINALDO DOS
SANTOS
CARDOSO68183402534

Reginaldo

3

Praça ACM, Ed. Edvaldo Siqueira Guimarães, s/nº, Centro, Pojuca – Bahia

CNPJ/MF: 13.341.573/0001-20

CRISTIANO DA
SILVA
ALMEIDA:88749681
591

Assinado de forma
digital por CRISTIANO
DA SILVA
ALMEIDA:88749681591



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE POJUCA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresa para a Prestação de serviços especializados na orientação dos atos de encerramento de mandato, os quais digam respeito a assuntos financeiros/orçamentários, patrimônio e servidores públicos, com exceção de licitações e contrato, bem ainda assessoria à Comissão de Transição de governo.

Os serviços incluem a verificação de: saldo em caixa; saldos bancários; contas; valores pertencentes a terceiros; restos a pagar de exercícios anteriores e/ou do exercício em curso; inventário de bens patrimoniais móveis, imóveis e de consumo; situação funcional dos servidores; relação de pendências em pagamentos de servidores; relação de contratos administrativos de despesas continuadas; relação de atrasos no recolhimento de contribuições previdenciárias e patronais; livros contábeis e administrativos estabelecidos na Resolução TCM nº 612/02; demonstrativos de despesas e receitas orçamentárias e extraorçamentárias do mês de dezembro; demonstrativo das contas do razão analítico e o sintético referente ao mês de dezembro; gastos com publicidade, de acordo com as informações declaradas no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA; comprovante da remessa dos dados enviados ao Sistema Integrado de Gestão e Auditoria – SIGA, com a finalidade de elaboração de normas e procedimentos, coletas de informações, levantamento de dados e acompanhamento de relatórios junto à Câmara Municipal de Pojuca – BA.

A contratação em tela visa dar continuidade aos serviços acessórios que dão sustentabilidade à otimização e adequação das atividades da administração pública, em suas atribuições finalísticas. Os serviços deverão ser executados com zelo e destreza, e de acordo com as descrições, detalhamento e especificações contidas nesse Termo de Referência, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto, a qualquer tempo e a critério da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

O presente Contrato subordina-se ao regime de execução imediata, após assinatura do contrato, sendo dele decorrentes as seguintes obrigações:

I - Da CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa prestar os serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Assinado de forma digital por
REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO:6818 3402334
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multiplix v3,
ou=380380060 101 20,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO:6818 3402334

Praça ACM, Ed. Edvaldo Siqueira Guimarães, s/nº, Centro, Pojuca – Bahia
CNPJ/MF: 13.341.573/0001-20

CRISTIANO DA
SILVA
ALMEIDA:88749681
591

Assinatura de forma
digital por CRISTIANO
DA SILVA
ALMEIDA:88749681591



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE POJUCA

- d) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- § 1º: A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

II - Da **CONTRATADA**:

A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- c) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;
- d) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, inclusive com a utilização de equipamentos de proteção individual e coletivo, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- e) Apresentar à **CONTRATANTE**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- f) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;
- g) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- h) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- k) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;
- l) Os serviços serão executados pela **CONTRATADA** na forma descrita no Termo de Referência.
- m) Os termos indicados na proposta vinculam a referida contratação;

Assinado de forma digital por
REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO:68183402534
DN: cn=BR, ou=CP, ou=BA, ou=AC
SOLUTI Multiplata v5,
ou=38038006000120,
ou=Presencial, ou=Certificado
PPAS, cn=REGINALDO DOS
SANTOS
CARDOSO:68183402534

5

Praça ACM, Ed. Edvaldo Siqueira Guimarães, s/nº, Centro, Pojuca – Bahia
CNPJ/MF: 13.341.573/0001-20

CRISTIANO DA
SILVA
ALMEIDA:88749681
591

Assinado de forma
digital por CRISTIANO
DA SILVA
ALMEIDA:88749681591



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE POJUCA

CLÁUSULA NONA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

No curso da execução da prestação do serviço caberá a **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo a aferição qualitativa dos produtos entregues, sem prejuízo da fiscalização exercida pela **CONTRATADA**.

§ 1º O acompanhamento e fiscalização da execução deste contrato serão realizados pela Chefe de Contabilidade, a Sra. Jaiane de Souza Santana, Decreto nº 029/2024, designado Gestor Operacional do Contrato.

§ 2º A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Câmara Municipal de Pojuca poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que não forem compatíveis com as características exigidas neste Edital, emitindo o pertinente Termo de Rejeição com indicação do problema.

O objeto rejeitado deverá ser substituído no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de recebimento da comunicação efetuada pela Câmara Municipal de Pojuca, devendo os novos serviços serem entregues sem qualquer ônus para este último, condicionado ao saneamento da situação e a emissão do pertinente Termo de Aceitação Definitivo, posteriormente.

Caso a substituição não ocorra em até 48 (quarenta e oito) horas, ou no caso de o novo serviço também ser rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de sanções.

O recebimento definitivo deverá ocorrer em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega do material gráfico impresso, mediante recibo, após a verificação da qualidade do serviço.

O aceite do objeto pelo setor competente da Câmara Municipal de Pojuca não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, e verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

As prerrogativas do **CONTRATANTE** reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO IV do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações e as sanções administrativas reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO I do TÍTULO IV da Lei nº 14.133, de 2021.

O **CONTRATADO** será responsabilizado, administrativamente, pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

Assinado de forma digital por
REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO:68183 402534
DN: cn=BR, o=CP: Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla - v5,
ou=38039006004 1120,
ou=Presencial, c=Certificado PF
A3, cm=REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO:68183 402534

Praça ACM, Ed. Edvaldo Siqueira Guimarães, s/nº, Centro, Pojuca – Bahia
CNPJ/MF: 13.341.573/0001-20

CRISTIANO DA
SILVA
ALMEIDA:88749681
591

Assinatura digital por CRISTIANO
DA SILVA
ALMEIDA:88749681591



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE POJUCA

- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da entrega do objeto sem motivo justificado;
- g) Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- h) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- k) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- l) Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- m) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
- n) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogação do contrato, sem autorização em lei ou no contrato;
- o) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- p) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
- q) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
 - q1) Advertência;
 - q2) Multa;
 - q3) Impedimento de licitar e contratar;
 - q4) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

A extinção do contrato reger-se-á pela disciplina dos CAPÍTULOS VIII e XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;


Assinado de forma digital por
REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO/88183402534
DN: cn=BR, o=CP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=380378969000120,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO/88183402534

7

Praça ACM, Ed. Edvaldo Siqueira Guimarães, s/nº, Centro, Pojuca – Bahia
CNPJ/MF: 13.341.573/0001-20

CRISTIANO DA
SILVA
ALMEIDA:88749681
591
Assinado de forma
digital por CRISTIANO
DA SILVA
ALMEIDA:88749681591



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE POJUCA

Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;

Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade **CONTRATANTE**;

Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

A extinção do contrato poderá ser ainda, determinada por ato unilateral e escrita do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

Consensual, por acordo entre os contratantes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**;

Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NULIDADE

Constatada irregularidade na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o CAPÍTULO XI do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO VII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Pojuca, Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

Praça ACM, Ed. Edvaldo Siqueira Guimarães, s/nº, Centro, Pojuca – Bahia
CNPJ/MF: 13.341.573/0001-20

CRISTIANO DA
SILVA
ALMEIDA:8879681
591

Assinado de forma digital por
CRISTIANO DA SILVA
ALMEIDA:88749681591

Assinado de forma digital por
REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO:88187402534
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUT Multipass v3,
ou=883895906910,
ou=Presencial, c=Certificado PF
A3, cn=REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO:88187402534

8



ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE POJUCA

Para firmeza e validade do pactuado, o instrumento de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Pojuca, 06 de dezembro de 2024.

Assinado de forma digital por
REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO:681 83402534
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=38038006000120,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=REGINALDO DOS SANTOS
CARDOSO:681 83402534

Reginaldo dos Santos

CONTRATANTE

CRISTIANO DA
SILVA
ALMEIDA:88749681
591

Assinado de forma
digital por CRISTIANO
DA SILVA
ALMEIDA:88749681591

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Mariana Campos de Almeida

Nome:
CPF/MF: 049812265-43

Veruzinha de Jesus Lima

Nome:
CPF/MF: 360.022.705-82